



EVOLUÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS ENTES

A discussão sobre a renegociação das dívidas estaduais ganhou particular atenção em razão da judicialização do critério de incidência de juros a partir de ação judicial movida pelo Estado de Santa Catarina (MS 34023). A medida judicial, seguida por vários outros Estados da Federação (por exemplo, o MS 34110 e o MS 34122, impetrados respectivamente por Rio Grande do Sul e Minas Gerais), traz à tona o tema da responsabilidade fiscal e da evolução da participação da folha de pagamentos de todos os entes da Federação.

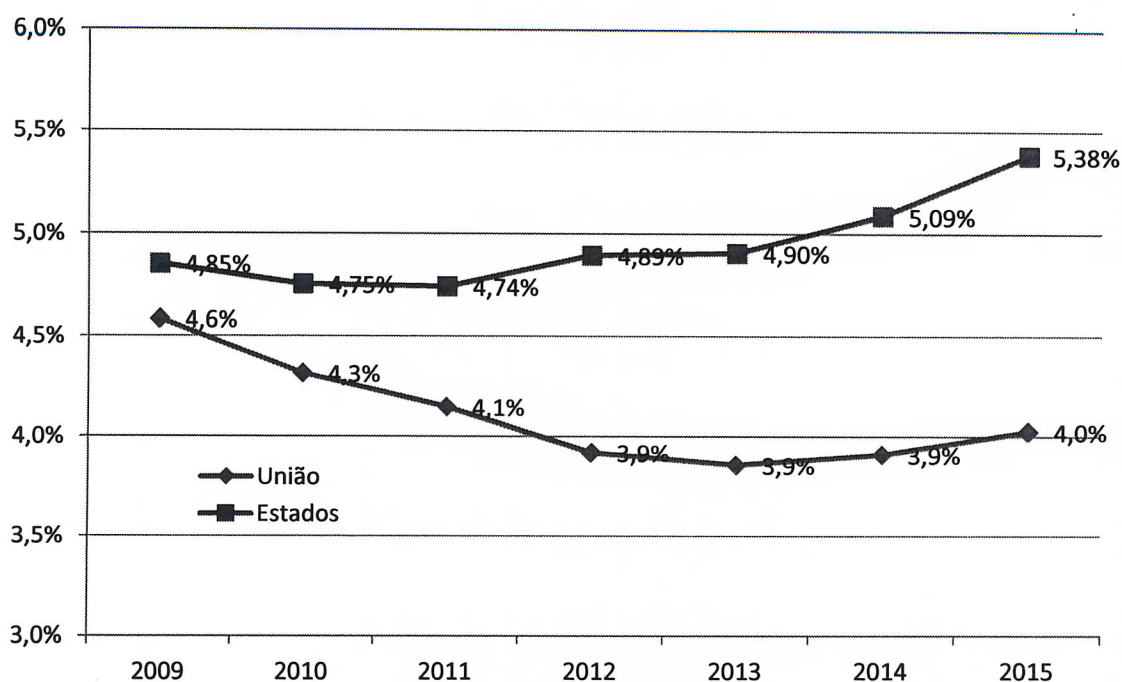
A análise da evolução dos gastos com folha de pagamento dos Estados mostra forte aceleração desse componente da despesa, contribuindo significativamente para a deterioração das contas públicas estaduais. O descontrole dessas contas fica claro ao observarmos o descolamento crescente do percentual do PIB gasto com pessoal e encargos sociais entre Estados e União, como mostra o gráfico 1.

Enquanto essa categoria de despesas dos Estados saltou de 4,85% do PIB em 2009 para 5,83% do PIB em 2015, a União apresentou recuo de 4,6% para 4% do montante gasto com essa rubrica no mesmo período. Como resultado, a diferença desses gastos entre Estados e União saltou de 0,25 ponto percentual do PIB do país para 1,38 ponto percentual em um curto espaço de tempo: enquanto que a União fez um grande esforço de contenção das despesas, os Estados adotaram uma política mais flexível.



Assessoria Econômica
Gabinete do Ministro da Fazenda

Gráfico 1: Despesas com pessoal e encargos sociais em percentual do PIB (União e estados)



Fonte: Programa de Ajuste Fiscal dos Estados, SIMEM/COREM/STN

A tabela 1 desmembra o crescimento dos gastos nominais com folha de pagamentos por Estado e deixa ainda mais clara a diferença entre a evolução dessa categoria de gastos entre Estados e União. O Rio de Janeiro foi o estado que mais aumentou suas despesas com pessoal e encargos sociais no período compreendido entre 2009 e 2015, com crescimento total de 146,62% e crescimento médio de 16,24%. Em seguida está Santa Catarina, cujas taxas foram de 139,56% no período e 15,67% a.a., em média.

A União, por sua vez, apresentou crescimento nominal de 56,05% no período, e média anual de 7,70%, figurando abaixo de todos os estados da federação. Os estados com menor crescimento nos gastos nominais entre os anos de 2009 e 2015 foram Rio Grande do Norte e Sergipe, com aumento total de 63,76% e 59,01% e aumento médio anual de 8,57% e 8,04%, respectivamente.



Assessoria Econômica
Gabinete do Ministro da Fazenda

Tabela 1: Crescimento nominal dos gastos com folha de pagamentos entre 2009 e 2015

	Gasto nominal em 2009*	Gasto nominal em 2015*	Crescimento 2009-2015	Média anual
RJ	12846,33	31681,15	146,62%	16,24%
SC	4840,98	11597,12	139,56%	15,67%
RR	725,00	1648,69	127,41%	14,67%
TO	1763,00	3997,58	126,75%	14,62%
PI	2117,36	4699,27	121,94%	14,21%
PA	4619,54	10251,64	121,92%	14,21%
MS	2584,81	5663,19	119,10%	13,97%
MT	3067,61	6714,44	118,88%	13,95%
MG	15976,33	33985,83	112,73%	13,41%
GO	4849,52	10016,77	106,55%	12,85%
RO	1625,15	3310,44	103,70%	12,59%
RS	10757,46	21814,23	102,78%	12,50%
MA	2963,49	5929,30	100,08%	12,25%
CE	4100,67	8201,60	100,01%	12,25%
ES	3330,29	6564,01	97,10%	11,97%
DF	4702,27	9114,72	93,84%	11,66%
PE	5518,23	10670,62	93,37%	11,62%
PR	9396,35	17996,42	91,53%	11,44%
BA	8370,57	15787,41	88,61%	11,15%
AM	3362,60	6161,01	83,22%	10,62%
PB	2886,28	5158,54	78,73%	10,16%
AC	1334,78	2382,17	78,47%	10,14%
SP	41197,67	71202,98	72,83%	9,55%
AP	1202,09	2047,45	70,32%	9,28%
AL	2186,65	3715,30	69,91%	9,24%
RN	2997,28	4908,30	63,76%	8,57%
SE	2363,59	3758,30	59,01%	8,04%
União	152832,40	238499,00	56,05%	7,70%

Fonte: Programa de Ajuste Fiscal dos Estados, SIMEM/COREM/STN

*Em R\$ milhões correntes

A tabela 2 traz as informações da tabela 1, descontada a inflação. Nesse caso, o crescimento real dos gastos do Rio de Janeiro alcançou 65,63% entre 2009 e 2015, com média anual de 8,77%. Já Santa Catarina aumentou seus gastos em 60,89% no total e 8,25% em média. As taxas de crescimento real do gasto da União, por sua vez, foram de 4,81% entre 2009 e 2015 e 0,79% em média.